

Diretor do Banco Central afirma que dívida pública cresce menos

BRASÍLIA — Depois de registrar um comportamento explosivo a partir do segundo semestre do ano passado, o ritmo de crescimento da dívida pública interna em títulos do Tesouro deixou de ser preocupante, a curto prazo. Quem garante é o Diretor da Dívida Pública e Mercado Aberto do Banco Central, André de Lara Resende.

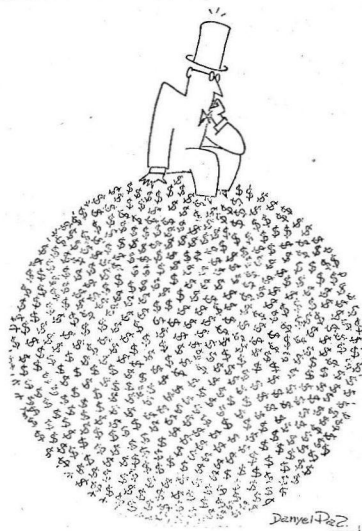
Com base em levantamento do Departamento Econômico do banco, André de Lara Resende mostrou que um crescimento de 72,9 por cento acima da inflação, em dezembro de 1984, o ritmo atingiu características explosivas em abril deste ano, quando a taxa de 12 meses foi de 95,5 por cento acima da inflação. Em outubro, a taxa caiu para 61,7 por cento, registrando desaceleração pelo quarto mês consecutivo.

Embora considere que o saldo da dívida ainda é grande — tendo atingido Cr\$ 201,5 trilhões em outubro — considerando apenas o volume de Obrigações Reajustáveis (ORTNs) e Letras do Tesouro (LTNs) vendidas ao público. André de Lara Resende observa:

— Confunde-se normalmente a dívida pública global com a dívida mobiliária. Até junho, a taxa de aumento do endividamento global do setor público foi de 2,5 por cento, acima da inflação. Se o Produto Interno Bruto (PIB) crescer seis por cento até o final do ano — e é possível que cresça até mais — a relação entre a dívida do setor público e o PIB fica constante, uma vez que o crescimento da dívida pública global não superará aquela taxa. Isso demonstra que o problema do déficit público não é explosivo.

Segundo ele, o crescimento da dívida mobiliária tem sido mais rápido por um fenômeno muito claro na análise de todas as formas de endividamento do setor público:

— Como as empresas estatais e os Estados e Municípios têm sido impe-



didos de reformar ("rolar") suas dívidas junto aos bancos, vêm recorrendo ao financiamento direto das autoridades monetárias — Banco Central e Banco do Brasil. Elas não pagam nem aos bancos nem às empreiteiras e se endividam com o Banco do Brasil que, em última análise, paga as dívidas das estatais e dos Estados e Municípios.

De acordo com as estatísticas do Banco Central, de janeiro a outubro deste ano, o Banco do Brasil assumiu dívidas de empresas estatais no valor de Cr\$ 16,4 trilhões e de Estados e Municípios no valor de Cr\$ 1,5 trilhão, sem considerar Cr\$ 1 trilhão referente a débitos específicos da Nuclebrás e da Siderbrás.

O total das dívidas assumidas, no valor de Cr\$ 17,4 trilhões, corresponde a 31 por cento do déficit de caixa do Governo, que atingiu Cr\$ 55,1 trilhões.

André de Lara Resende vê nesse processo um fator positivo, do ponto de vista das finanças públicas como um todo:

— Quando a estatal não paga ao sistema bancário ou à empreiteira e

recorre às autoridades monetárias, através dos "Avisos" GB-588 ou MF-30, sua dívida com o banco desaparece. E quando se emite títulos para, via dívida mobiliária, financiar esse dinheiro. Faz-se uma substituição da dívida pública para o sistema bancário privado, pela dívida mobiliária que é muito mais barata.

Ele reconhece que, embora esse processo não tenha sido consciente nem programado pelas autoridades, foi favorável, uma vez que os juros da dívida pública mobiliária são de 15 16 por cento ao ano, fora correção monetária, enquanto a dívida de uma empresa estatal com um banco estrangeiro custa correção cambial, mais juros internacionais, mais taxas de risco ("spread"-Brasil) e uma série de outras taxas que elevam os custos finais acima da correção monetária e da taxa de rendimento das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) para 1986.

O Diretor da Dívida Pública e Mercado Aberto do Banco Central espera uma desaceleração ainda maior do crescimento da dívida pública. A princípio, a meta é reduzir a taxa de crescimento em 12 meses para 30 por cento.

Esse desempenho dependerá de uma série de fatores ligados à política econômica do Governo e dependentes das medidas que serão propostas ao Congresso e anunciadas até o fim do ano.

— Espera-se que sejam medidas harmônicas e coordenadas, não precipitadas, porque não cabe ao Banco Central conter o aumento da dívida interna. Esse controle é resultante da política macroeconômica, observa André Lara Resende. Semana passada, ele participou de uma série de reuniões com técnicos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, para definir um quadro mais claro sobre os critérios de avaliação do endividamento público.